

NA FÁBRICA DO MITO

Algumas notas sobre a *estoria* de D. Afonso I

“Gonzalo — Nuestro conde infante es santo
porque no es inconveniente
ser religioso y valiente.”

Tirso de Molina- *Las Quinas de Portugal*,
jornada II, cena I.

Ao debruçar-se sobre a problemática do mito e da religião, Ernst Cassirer, no seu *Ensaio sobre o Homem*, regista um dado importante para a compreensão da base funcional do mito: «Na imaginação mítica, está sempre implicado um acto de crença. Sem a crença na realidade do seu objecto, o mito perderia o seu fundamento (...)»¹.

Necessariamente relacionado com este aspecto estará o elemento social. De facto, o mito, na sua essência, partirá do imaginário colectivo face a um fenómeno de procedência natural ou humana, estando a sua preservação e sucesso na dependência da sociedade que nele deposita as suas convicções. Preservação, sucesso e, sobretudo, continuidade ficarão sempre a cargo do ser humano tomado na sua dimensão social, e condicionado por um quadro de valores emergentes em função de uma determinada conjuntura.

Este último aspecto será mais facilmente compreendido em relação aos mitos político-heróicos, sobre os quais Pierre Brunel, no seu *Dictionnaire des Mythes Littéraires* adianta as seguintes afirmações: «Le mythe politico-heroi-que demeure très lié aux événements, même s’il s’agit ensuite de les trans-

¹ CASSIRER, Ernst – *Ensaio sobre o Homem*, Lisboa, Guimarães Ed., 3ª ed., 1995, pág. 74.

cender, voire de les déformer. En fonction des conjonctures, il se métamorphose, et il peut passer d'un mythe doré à un mythe noir ou à une autre forme encore (...) le mythe se modifie, récupéré et métamorphosé par les exigences et l'imaginaire du moment.»²

Se o quadro conjuntural, necessariamente variável, entra em estreita relação com a dinâmica do mito político-heróico, esta dependerá igualmente, na perspectiva do mesmo autor, da acção crucial da propaganda, realizada através da colectividade ou, mais especificamente, da manipulação da mesma, partindo esta de um indivíduo ou de um grupo restrito, sempre orientados segundo certos objectivos.

O meio mais fecundo e perdurável de propaganda é, sem dúvida, o discurso escrito. É deste modo que se explicará a perenidade (e banalização) de grandes mitos da Antiguidade, como o de Alexandre, Aníbal ou César, que, através da literatura escrita, granjearam a imortalidade junto do imaginário culto através dos séculos. Contudo, o processo de passagem de um discurso oral (próprio dos primórdios do mito) a um texto escrito dependerá, directa ou indirectamente, de quem o produz e/ou de quem fomenta a sua produção. De qualquer modo, em todo este processo, a supremacia de quem é responsável pela sua fixação escrita – porque detentor dos instrumentos e capacidades indispensáveis para tal – terá de ser reconhecida.

Estas considerações poderão ser aplicáveis à figura orientadora do presente trabalho, uma das personagens mais marcantes de todo o panorama mítico português, não só por representar a base inicial de projecção de um importante conjunto de mitos (como o de Ourique), como pelas sucessivas utilizações da sua *estória* ao longo dos séculos.

A força do seu significado é inegável, assim como o fascínio que exerceu (e exerce) sobre sucessivas gerações. Camões immortaliza-o em 46 estrofes (quase tantas quantos os anos do seu reinado)³ no Canto Terceiro de *Os Lusíadas*, e o “sebastianista-racionalista” Pessoa reserva-lhe o «Quinto Castelo» na *Mensagem*; Garrett, na adolescência, dedica-lhe um poema épico – *Afonseida ou Fundação do Império Lusitano* (1815-16) – que deixa incompleto⁴. Os exemplos multiplicam-se, parecendo conduzir, de uma forma ou de outra, à constituição de uma imagem tópica do nosso primeiro rei, reite-

² BRUNEL, Pierre – *Dictionnaire des Mythes Littéraires*, Poitiers, Edit. du Rocher, 1988, pág. 600.

³ SENA, Jorge – *A Estrutura de «Os Lusíadas»*, Lisboa, Portugália Edit., 1970, pág. 133.

⁴ GARRETT, Almeida – *Poesias Dispersas*, Lisboa, Ed. Estampa, 1985, pp. 193-250.

rada sucessivamente até à actualidade; em traços bastante largos, D. Afonso Henriques apresenta-se como o herói fundador de recortes épicos, em lutas constantes contra Mouros e Cristãos, auxiliado pela sua força e pela fidelidade de guerreiros como Egas Moniz, contando com as bênçãos de Cristo que lhe aparece em Ourique (ideia comumente aceite até à grande polémica iniciada por Herculano), assumindo uma dimensão trágica com o «Desastre de Badajoz». Esta imagem não surgiu *ex nihilo* e nem sempre foi homogénea. O nosso conhecimento do mito terá sido obtido através de uma tradição baseada em textos, num processo paulatino de elaboração, sempre sujeito a diversas intertextualidades, ou seja, a um jogo de diálogo constante com outros textos. É neste sentido que se entenderão as palavras de Brunel, quando afirma: «(...) le mythe nous parvient tout enrobé de littérature et qu'il est déjà, qu'on veuille ou non, littéraire»⁵.

O presente estudo propõe, de uma forma concisa, o estudo de alguns percursos seguidos pelo mito do nosso primeiro monarca até ao reinado do *Desejado*. Dada a complexidade do objecto em questão, para além da consideração do itinerário dos textos responsáveis pela sua formação, serão focados outros aspectos, entre os quais o próprio desenvolvimento do seu processo de santificação.

A par de registos práticos como os anais, que se desenvolvem no ocidente da Península desde o séc. XI, não será inverosímil considerar a existência de uma lenda de D. Afonso Henriques nos finais do séc. XII. Lindley Cintra, um dos maiores estudiosos desta questão, invoca, como argumento, o conhecimento ainda que adquirido por via oral e muito adulterado, por parte do analista inglês Rogério de Hovenden (que terá redigido os seus anais entre 1191 e 1201) de dois episódios da lenda – o *Bispo Negro* e o *Desastre de Badajoz*⁶. Este facto é importante, e poderá evidenciar a existência de um relato oral, certamente difundido, mas apenas prosificado nos inícios do séc. XIV. Nesta perspectiva, tanto Lindley Cintra como António José Saraiva, o qual realizou igualmente alguns estudos neste sentido, colocam a hipótese da existência de um cantar épico, tendo como suporte a própria lenda. Este último adianta mesmo uma reconstituição deste cantar, baseado em duas crónicas do séc. XIV – uma de origem castelhana, a *Crónica dos Vinte Reis*, e outra prove-

⁵ BRUNEL, P. — *Dictionnaire...*, pág. 11.

⁶ CINTRA, Luís Filipe Lindley — *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Vol. 1, (Introdução), Lisboa, IN-CM, 1983, pp. CCCLXVI/II.

niente do *scriptorium* de Sta. Cruz de Coimbra, a *IV Crónica Breve*. Os argumentos invocados relacionam-se, *grosso modo*, com aspectos textuais, como a permanência de vestígios de versos e o envolvimento de diversas variantes, característica própria dos cantares tradicionais ⁷. Na leitura proposta, apresenta o que poderíamos considerar o *corpus* básico da lenda, distribuído por seis grandes unidades: o discurso do Conde D. Henrique antes da sua morte, a guerra entre D. Afonso Henriques e a mãe e a maldição de D. Teresa, a batalha com o imperador Afonso VII, o episódio do Bispo Negro, a intervenção do cardeal e o desastre de Badajoz. Neste conjunto destaca-se a quase ausência de um dos episódios mais importantes e, sobretudo, mais conhecido: a batalha e o milagre de Ourique. Na verdade, nas duas crónicas aparece apenas uma breve notícia da batalha, referindo-a como o primeiro momento do uso do título de “El-Rei”. Todavia, não há ainda qualquer indicação do milagre.

O esquema assim delineado coincide com a opinião de Lindley Cintra, embora reticente em relação a alguns pormenores, nomeadamente aos que se referem à questão da transmissão textual e da formação do cantar. Contrariamente a António José Saraiva, que pretendia a sua génese no resultado do contacto de duas tradições distintas – uma leonesa, inspirada no «Desastre de Badajoz», e outra portuguesa (mais concretamente coimbrã), baseada no episódio do Bispo Negro – que teriam sido reunidas por um jogral nos inícios do séc. XIII (apontando mesmo a data de 1209) ⁸, Cintra entende que a formação da lenda não se deveria ter dado em Portugal, considerando desta forma a hipótese da sua origem leonesa; os argumentos prendem-se com o facto de o texto aparecer pela primeira vez numa fonte não portuguesa – a *Crónica dos Vinte Reis* – e com uma possível intertextualidade com outra lenda, também ela leonesa ⁹. Como o mesmo autor faz notar, o ponto de partida seria o «Desastre de Badajoz», considerando-o o episódio estruturador de tudo o resto, justificando do mesmo modo a maldição de D. Teresa. O castigo de D. Afonso Henriques seria fruto de uma determinação divina, sendo todos os restantes episódios a demonstração do agónico combate contra o seu destino ou, mais precisamente, contra quem o poderia abreviar: as forças temporais (na batalha contra o imperador) e as espirituais (o Bispo Negro e a

⁷ SARAIVA, António José – *A Cultura em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Gradiva, 1991, cap. IV.

⁸ *Ibidem*, pp. 134-135.

⁹ CINTRA – *Crónica Geral...*, pp. CCCLXV-CCCLXX.

intervenção do cardeal). A intertextualidade estaria relacionada com uma lenda também registada na *Crónica dos Vinte Reis* – a de D. Afonso VII e a de D. Urraca, sua mãe. As semelhanças são interessantes: também D. Urraca é presa pelo filho, obrigando o amante, D. Pedro de Lara, a desterrar-se (o mesmo se passa com D. Teresa em relação a Fernão Peres de Trava); há igualmente um castigo divino, mas o visado é, neste caso, D. Urraca, fulminada por Deus à porta de uma igreja. Neste desenlace, Afonso VII é inocente, e a culpa de D. Afonso Henriques poderá denotar a formação do cantar fora de Portugal¹⁰.

O problema da transmissão textual é também focado. Assim, segundo o mesmo investigador, a história do reinado de D. Afonso patente na *IV Crónica Breve*, considerando o texto mais amplo redigido em Portugal relativo a este assunto (terá sido composto em Sta. Cruz de Coimbra pouco depois de 1340) compreende extractos importantes da *Crónica dos Vinte Reis*, de inícios do séc. XIV¹¹.

Por outro lado, a utilização de um cantar épico (um registo oral) como fonte de uma crónica terá sido não pouco comum na Baixa Idade Média. Segundo Bernard Guenée, «(...) Dans ce moment de grande floraison historiographique que furent le XII et XIII siècles, partout en Europe, les historiens, soucieux de mieux éclairer un passé trop obscur, firent un systématique usage des récits populaires et des textes épiques»¹². Mais adiante, refere-nos que os compiladores que trabalharam sob as ordens de Afonso X na redacção da *Primera Crónica General de España* fizeram uso de pelo menos catorze cantares¹³. O processo não era, de forma alguma, desconhecido.

A *IV Crónica Breve* forneceu desde sempre um modelo bastante credível da figura do primeiro monarca português, e a prova é a sua subsequente utilização na elaboração de outros textos historiográficos, nomeadamente de dois, cuja lavra é actualmente atribuída ao filho bastardo de D. Dinis, D. Pedro, Conde de Barcelos; aludimos ao *IV Livro das Linhagens* (1340-44) e à *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Este último texto destaca-se pelas inovações bastante significativas ao nível do enriquecimento do *corpus* lendário; uma delas envolve a substituição de Soeiro Mendes, que auxilia o

¹⁰ *Ibidem*, pp. CCCLXIX-CCCLXX.

¹¹ *Ibidem*, pág. CCLXXII.

¹² GUENÉE, Bernard – *Histoire et Culture Historique dans L'Occident Médiéval*, Paris, Ed. Aubier, 1991, pág. 83.

¹³ *Ibidem*, pág. 83.

jovem Afonso Henriques a vencer a mãe e o padrasto, por Egas Moniz, o *Aio*. Encontramos referências aos seus feitos nos capítulos DCCV e DCCVII, narando-se, neste último, a famosa jornada à corte de Toledo. Diversas hipóteses foram colocadas: tanto António José Saraiva como Cintra parecem anuir na semelhança desta com a lenda de Pero Ançores, aio de D. Urraca, tendo o último feito notar a importância do aio e da sua dimensão de fidelidade nos cantares épicos castelhanos ¹⁴. José Mattoso, todavia, sugere uma outra possibilidade, estabelecendo uma relação entre o aparecimento de uma «Gesta de Egas Moniz» e a ascensão de um trovador da corte de D. Afonso III, João Soares Coelho, que pretendem assegurar uma propaganda eficaz para a sua família de origem um tanto duvidosa ¹⁵.

Surpreendemos outras novidades ao longo dos capítulos da Crónica que dizem respeito ao primeiro reinado, como o relato da conquista de Santarém denominado *De Expugnatione Scalabis* (nome atribuído por Herculano), escrito provavelmente por um monge crúzio nos inícios do séc. XIII, embora Cintra encare a possibilidade de a fonte residir num texto perdido ¹⁶. Um dos aspectos mais interessantes é, todavia, a permanência, ainda que mais desenvolvida, da versão tradicional da batalha de Ourique (cap. DCCVIII). A inovação resulta da riqueza de pormenores utilizada, nomeadamente na questão do uso de coordenadas espaciais (itinerários e lugar da expedição) e ao nome do principal adversário (“Ismar”); mas a narrativa é, na realidade, enriquecida pela aclamação de D. Afonso pelos seus guerreiros antes do combate e o envio da notícia ao papa, e a escolha das armas reais em memória do acontecimento. Embora importantes, estes dados reflectem no essencial, na opinião de Lindley Cintra, «a mesma narração de cunho tradicional e lendário do feito de Ourique» ¹⁷. Na verdade, a real inovação, que alterará completamente o valor do episódio, implicando uma profunda mudança na concepção do nosso primeiro rei, só aparecerá, pela primeira vez registada num texto do séc. XV, a *Crónica de 1419: O Milagre de Ourique*.

¹⁴ SARAIVA – *A Cultura...*, pp. 163-166; CINTRA — *Crónica...*, pp. CCCLXXXIX-CCCXCI.

¹⁵ MATTOSO, José – *Portugal Medieval: Novas Interpretações*, Lisboa, IN-CM, 1995, pp. 409-435.

¹⁶ CINTRA – *Crónica...*, pp. CCCXCI-CCCXCIII.

¹⁷ CINTRA, Luís Filipe Lindley – *Sobre a Formação da Evolução da Lenda de Ourique (Até à Crónica de 1419)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1957, pág. 35.

A importância da aparição de Cristo a D. Afonso Henriques, precedida do aparecimento de um misterioso ermitão, observa-se, sobretudo, a nível ideológico. Como fez notar Ana Isabel Buescu, a imagem do rei terá sofrido uma notável remodelação, passando de atitude sacrílega (que manifesta um episódio como a prisão da mãe e o Bispo Negro), para uma imagem mais piedosa e legitimadora, desenvolvida graças ao milagre¹⁸. A esta mutação não ficará alheio o contexto de produção da crónica; devido à sua condição de filho bastardo, o monarca reinante, o fundador da dinastia de Avis, não obteve desde logo a aceitação de todos os seus súbditos. Por outro lado, a guerra que manteve contra Castela, decorrente da sua eleição, terminara poucos anos antes, em 1411. Tal como outros reis europeus, tanto D. João I como os seus descendentes devem ter compreendido as vantagens de uma propaganda eficaz, apoio que souberam encontrar no discurso histórico, uma vez que este se tornava, na Baixa Idade Média, um importante auxiliar do poder.

Segundo Guenée, «Un roi était sans doute légitime parce qu'il tenait son pouvoir de Dieu, qu'il avait les vertus nécessaires ou qu'il détenait la couronne, mais son meilleur argument restait encore qu'il était de sang royal»¹⁹. Nesta perspectiva, o cronista, ao serviço de uma nova dinastia, poderia garantir a confirmação destes argumentos nos textos que compõe, procurando atingir o apaziguamento das tensões através de um discurso legitimador. Será neste processo que poderemos incluir Fernão Lopes, o mais hábil dos cronistas do séc. XV e, em opinião de alguns (Cintra, Magalhães Basto, etc.) o autor da *Crónica de 1419*²⁰.

Desde 1418 que desempenhou cargos importantes na hierarquia administrativa até ao final do reinado de D. Duarte²¹, denunciando uma estreita proximidade com a família real. A sua objectividade e o seu rigor na escolha de fontes têm sido assaz exaltados, assim como as críticas que promove aos que, tomados pela «mundanal afeição»²² preferem os caminhos da parcia-

¹⁸ BUESCU, Ana Isabel – *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*, Lisboa, IN-CM, 1987, pp. 128-129.

¹⁹ GUENÉE – *Histoire...*, pág. 333.

²⁰ CINTRA – *Sobre a Formação...*, pág. 5.

²¹ MONTEIRO, João Gouveia – *Fernão Lopes: Texto e Contexto*, Coimbra, Minerva, 1988, pp. 71-73.

²² LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I* (Introdução de Humberto Baquero Moreno), Vol. I, Barcelos, Liv. Civilização, 1983, pág. 1.

lidade. Itinerários esses que, aliás, não terá desprezado totalmente, como salienta Teresa Amado: «Colocado perante a tarefa de escrever a *Crónica de D João I*, Fernão Lopes percebeu que o problema mais importante e mais complexo que se lhe deparava era a legitimação incontestável do investimento do poder real no Mestre de Avis, fundador de uma nova dinastia. Antes, pois, de mostrar como a história do reinado veio a comprovar o acerto da escolha, tratava-se de fazer ver que ele se impusera pela razão e pela justiça, vindo por isso a merecer a sanção da protecção divina»²³. Será segundo esta orientação que terá composto as suas crónicas, verificando-se, antes de mais, a preocupação em sublinhar o encadeamento das acções até à ascensão de um novo rei e de uma nova dinastia. Em todo este processo, e perante tal necessidade, o *Milagre de Ourique* não poderia deixar de ser mais oportuno, ao esclarecer a origem divina dos poderes vigentes, assumida pelo primeiro monarca de quem é descendente (cuja comprovação fora já apresentada pelo Dr. João das Regras nas cortes de Coimbra).

A exaltação da sacralidade de D. Afonso Henriques corresponde, a partir do séc. XV, à exaltação do monarca reinante. A este nível, não passarão despercebidas outras menções, ainda que sucintas, ao milagre, até à *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão – encontramos referências na *Segunda Crónica Breve* de Sta. Cruz de Coimbra (1451), na *Oração de Obediência ao Papa Inocêncio VIII* (1485) de Vasco Fernandes de Lucena, importante figura nas cortes de D. Afonso V e D. João II, e o relato confuso do nobre borgonhês Olivier La Marche (1491)²⁴.

Contudo, o momento mais nítido de celebração do poder real na figura do primeiro rei cabe a Duarte Galvão, funcionário nas cortes da D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I, autor da *Crónica d'El Rei D. Afonso Henriques*, composta nos inícios do séc. XVI (1505), a qual, embora tardiamente editada (1726), conheceu uma ampla divulgação manuscrita²⁵. A *estória* de D. Afonso não sofre grandes alterações; Galvão serve-se da produção historiográfica dos séculos anteriores, nomeadamente da *Crónica de 1419*²⁶, introduzindo certos pormenores estilísticos exclusivamente da sua lavra.

²³ AMADO, Teresa – *Fernão Lopes, O Contador de História*, Lisboa, Edit. Estampa, 1991, pág. 31.

²⁴ BUESCU – *O Milagre...*, pp. 124-125; CINTRA – *Sobre a Formação...*, pág. 6.

²⁵ BUESCU – *O Milagre...*, pág. 30.

²⁶ CINTRA – *Sobre a Formação...*, pág. 8.

Há, todavia, algumas inovações dignas de grande interesse, na medida em que reflectem a atmosfera política presente na corte do *Venturoso*, um momento de glorificação da figura do monarca, que saberá encontrar nas páginas da *Crónica* um outro excelente meio propagandístico. Neste sentido, diversas manifestações artísticas podem igualmente ser tomadas em consideração, entre as quais a construção dos novos túmulos de D. Afonso e de D. Sancho I em Coimbra, iniciativa que D. Manuel tomou na sua peregrinação a Compostela em 1502²⁷, que denunciariam, por si só, na opinião de Paulo Pereira, « uma intenção de propaganda centrada num autêntico mito das origens que procurou “elear” a figura do próprio monarca »²⁸.

Segundo Jean Aubin, o mérito de Galvão é bem claro: «Galvão met sur l’histoire du Portugal le sceau du vouloir divin»²⁹. Nesta perspectiva, a vontade divina seria o verdadeiro móbil da monarquia portuguesa desde a sua fundação. O providencialismo torna-se explícito em relação às suas funções mais imediatas – a propagação da fé, tendo Deus comissionado esta missão aos reis portugueses na pessoa de D. Afonso Henriques, ele próprio um predestinado. A este respeito, a interferência divina na crónica é elucidativa; o jovem príncipe nasce com um defeito físico, impossibilitando-o para o resto da vida. É entregue aos cuidados de Egas Moniz, a quem, uma noite, aparece a Virgem Maria que lhe explica como deverá proceder para curar o infante. Antes de desaparecer, todavia, anuncia-lhe algo importante: «E nam menos te trabalha de hi avante de ho bem criar e guardar como fazer, porque meu filho que pur elle destroir muitos jmijgos da fee»³⁰.

Os episódios dedicados a Ourique (caps. XIII a XVIII) evidenciam o conhecimento prévio, por parte de D. Afonso, da sua missão, contando já com o apoio divino nos acontecimentos subsequentes. O discurso que profere às tropas antes do combate – em parte ampliado pelo autor³¹ – desenvolve o sentido cruzadístico que envolve os acontecimentos: «Nos pelleiamos por

²⁷ GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, parte I, Coimbra, Ed. Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949, cap. LXIV, pág. 158.

²⁸ PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*, Vol. II, Círculo de Leitores, 1995, pp. 126-128.

²⁹ AUBIN, Jean – *Duarte Galvão*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», IX, Paris, F. C. G., 1975, pág. 74.

³⁰ GALVÃO, Duarte – *Crónica de D. Afonso Henriques* (reimpressão), Lisboa, IN-CM, 1995, pág. 16, L. 27-30.

³¹ CINTRA – *Sobre a Formação...*, pág. 8.

Deus, pella fee, pella verdade. Estes arrenegados que veedes, peleiam contra Deus, pella falsidade»³².

A aparição de Cristo (cap. XV) reveste-se de uma importância extrema, enaltecida pelas inovações que o autor introduziu no relato; na parte final, declara que « neste aparecimento foy o príncipe dom Affonso certificado por Deus de sempre Portugal aver de seer conservado em regno»³³, referindo ainda que «tudo he de creer que nosso senhor queria e faria a Príncipe tam virtuoso, sobre que fundava rregno e Reis tam virtuosos pera tanto seu serviço e de santa fee catholica (...)»³⁴.

A par dos aspectos já abordados, perspectiva-se neste comentário a dimensão da virtude como elemento essencial no processo de fundação. O esforço de Galvão em acentuar o carácter virtuoso de D. Afonso leva-o a justificar uma das suas acções mais excessivas – o caso do Bispo Negro, ao qual dedica o cap. XXII³⁵. A argumentação apresentada continua a referir a vontade divina «por cuja providência se nam faz nada neste mundo sem causa»³⁶; neste sentido, não escapam os exemplos de Sansão e de alguns santos, que cometeram pecados por inspiração de Deus³⁷, pelo que «Quanto mais se deve cuydar e creer em mesmo erro de Reis virtuosos, por Deus muy ajudados e prosperados, sendo pessoas prunicas, postas nas mãos de Deus mais que nenhuus certos homees»³⁸. Nada é votado ao acaso, nem mesmo a cor do bispo, referindo-se a ele «como fegura ja entam prenosticada do grande misterio, que soo por mãos de seus sobçessores nosso Senhor ao adiante hordenava, que as gentes tinham das Ethiopias e Indias e outras terras novamente per sua navegaçam e conquista achados, vehessem entrar e seer metidos na fee de Christo»³⁹.

À virtude do primeiro monarca corresponde, pois, a virtude dos seus sucessores, herdeiros de um reino cujos sucessos estariam já delineados por Deus. Nesta perspectiva, o caso de D. Manuel não poderá ser mais venturoso, uma vez que, nas palavras do cronista, o seu reinado foi, desde logo, providencial: «Escusa-me, Senhor, de seer nom parecer adullaçam, que digo

³² GALVÃO – *Crónica de D. Afonso...*, pág. 52, l. 24-26.

³³ *Ibidem*, pp. 58-59.

³⁴ *Ibidem*, pág. 59, l. 8-11.

³⁵ *Ibidem*, pp. 81-84.

³⁶ *Ibidem*, pág. 84.

³⁷ *Ibidem*, pág. 83, l. 10-11.

³⁸ *Ibidem*, pág. 83, l. 11-15.

³⁹ *Ibidem*, pág. 82, l. 10-14.

primeiramente nessa sobçessam nestes regnos, por nosso Senhor tam claramente querida e hordenada, levando para si tantos que mais nella preçediam, segundo seus juyzos ocultos forem sempre justos»⁴⁰. Também a Providência estará na causa das suas acções mais memoráveis (a expulsão das minorias religiosas, as grandes viagens marítimas, a conquista das Índias etc.), que provocam admiração pelo pouco tempo em que foram realizadas, fazendo todas parte do grande mistério «per elle em nosso tempo predestinado»⁴¹.

Em suma, a exaltação da figura régia consistirá não só no esclarecimento das origens dos seus poderes e do prestígio assumido pela sua posição de paladino de fé, como também na celebração dos seus feitos, cumprindo o plano divino delineado desde as origens e acabando mesmo por suplantar os seus antepassados no pouco tempo de que necessitou para tal: «Nem isso mesmo fazem nossos antecessores em sassenta annos, com muytas mortes de gentes, grandes despesas e continuadas diligências, o que se fez e compriu nas premeiras dous e tres annos de nosso rregnado (...)»⁴². A monarquia manuelina ofusca, deste modo, os reinados anteriores.

Uma das informações contidas no último capítulo da *Crónica* de Duarte Galvão confronta-nos com uma outra faceta do mito, também ela desenvolvida no séc. XVI: «(...) e muytas vezes ouvy dizer a meu jrmaão dom Joham Gualvam, arçebispo que foi de Bragua, e Prior de Santa Cruz de Coymbra, e escripvam de Puridade del Rey dom Affonso ho quinto, que santa gloria aja, que segundo achava pellas cousas daquelle mosteiro, e outras obras deste virtuoso Rey, elle o tynha por santo, e que por tall a seu parecer deve seer avido»⁴³. Este testemunho, filiado num momento decisivo – o processo de santificação de D. Afonso – aponta-nos desde logo para o grande protagonista desta questão, o influente mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. O seu prestígio e importância não consistiram apenas no facto de ter sido o primeiro rei um dos promotores da instituição (fundada em 1131) e de nela conter a sua sepultura, mas sobretudo na conservação da memória do rei, quer através da preservação de tradições (como os poderes e significação da sua espada e escudo, que conservava religiosamente)⁴⁴, quer sob a forma de textos, alguns dos quais já referidos anteriormente.

⁴⁰ *Ibidem*, pág. 3, l. 13-18.

⁴¹ *Ibidem*, pág. 4, l. 20-21.

⁴² *Ibidem*, pág. 4, l. 15-19.

⁴³ *Ibidem*, pág. 207, l. 16-22.

⁴⁴ MATTOSO, José – *Fragmentos de Uma Composição Medieval*, Lisboa, Edit. Estampa, 1993, pp. 224-229.

As tradições conservadas poderão ter levado, na opinião de António Cruz, à constituição de uma autêntica *Legenda Aurea*, deixando entrever sinais de uma progressiva santificação, que atingirá o seu auge no reinado do *Piedoso*: «A coroa de glória de D. Afonso I era assim entretecida de milagres por mercê do *scriptorium* conventual. E a expressão final dessa nova lenda, posto que destituída do êxito desejado, havia de ser representada, mais tarde, – já no reinado de D. João III – através de diligências iniciadas em ordem a obter a canonização do nosso primeiro monarca»⁴⁵. Será digno de nota, em todo o caso, um eco da santidade do rei na produção literária deste reinado, como poderemos observar na *Fábula do Mondego*, escrita por Sá de Miranda e dirigida a D. João III; falando sobre as excelências da cidade de Coimbra, o poeta adianta, na quarta estrofe, os seguintes versos:

“Mas sobre todo que la enriqueció
 La antigua tierra mia, es el tesoro
 Del santo cuerpo de su rei primero
 Que en un dia venció tanto rei moro
 Quando aquel mayor le apareció,
 Erijido qual estuvo en el madero,
 Por el padre primero
 Que com el bien no pudo,
 Causa que en vuestro escudo
 Real, se vem pinturas tan divinas,
 De tales tan catolicos reis
 El buen hijo cabe él quiso iazer,
 Que desplegó las quinas,
 Sangre a Guadalquivir hizo correr”⁴⁶

Relativamente a todo este processo, concluído em Junho de 1556, convém, todavia, salientar a directa participação dos crúzios. Segundo Costa Brochado, «Parece não haver dúvidas de que foram os cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra quem transitou, pela primeira vez, da lenda para

⁴⁵ CRUZ, António – *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*, Vol. I, Porto, Ed. Marânus, 1964, pág. 293.

⁴⁶ MIRANDA, Francisco de Sá de – *Poesias* (Ed. de Carolina Michaëlis de Vasconcelos), Lisboa, INCM, 1989, págs. 268 e 269.

a História, propondo e defendendo formalmente a canonização de El-Rei D. Afonso Henriques»⁴⁷. Das tentativas da canonização, subsiste ainda, entre outros, um importante documento, o *Treslado dos Apontamentos que se Fizerão sobre El-Rey Dom Afonso Henriques*⁴⁸, da autoria de um memorialista do séc. XVII, D. José de Cristo, sobre o qual escreveu António Cruz⁴⁹.

Os argumentos em questão no dito *Treslado* assentam numa base histórica, recolhida nos textos cronísticos anteriores (como os milagres da Virgem e de Ourique, a fundação de mosteiros, a transladação do Mártir S. Vicente e a tomada de Santarém), assim como num interessante repositório de tradições directamente relacionadas com o mosteiro – as conversações com os cónegos, a utilização de uma sobrepeliz quando ali se encontrava, os poderes taumatúrgicos manifestados no momento da abertura do seu túmulo e a fama do seu escudo, que caía quando um rei português morria, e até mesmo pequenas histórias, como a experiência de um cónego que o viu juntamente com o filho a regressar da tomada de Ceuta, e as aparições a D. João I e a um bispo de Coimbra. Um dos textos é particularmente revelador, pelo que decidimos reproduzi-lo:

«Que cõmummte he tido por sancto. E como a tal muitas pss se encomendaõ a elle em seus trabalhos e necessidades e sam socorridos e emparados por sua intercessão. O que bem tem exprimentado os coneguos antiguos do dito mx. de Sancta Cruz como foy na agoa da fonte da Rainha q a çidade lhe queria tomar, por cuja causa o filho do alcaide moor q zombara dos coneguos por se encomendare a reis mortos em agoa muy bayxa se afogou como se vee nas memorias antiguas do mx. q em elle estão escriptas»⁵⁰.

Este tipo de alusão à protecção que D. Afonso, mesmo depois de morto, dispensava aos crúzios não é única. Segundo o testemunho de D. Manuel

⁴⁷ BROCHADO, I. da Costa – *Tentativas de Canonização de El-Rei D. Afonso Henriques*, Sup. de « Anais », IIª série, Vol. VIII, Lisboa, 1958, pág. 308.

⁴⁸ B. P. M. P., Códice nº 86.

⁴⁹ CRUZ – *Santa Cruz...*; Vide também artigo do mesmo autor, in *VVAA – Santa Cruz de Coimbra do Séc. XI ao Séc. XX – Estudos*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1974, pp. 29-31.

⁵⁰ B. P. M. P., Códice nº 86.

⁵¹ O episódio terá ocorrido antes de 1540, ano do seu falecimento. Cf. RESENDE, André de – *Vida do Infante D. Duarte*, in «Obras Portuguesas», Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1963, pág. 129.

Galvão, arquivista do mosteiro, que prestou o seu depoimento nos inquéritos então realizados (e publicados, desde o séc. XVII, por Dom Nicolau de Santa Maria), este também terá aparecido ao infante D. Duarte⁵¹, chegando a ameaçá-lo de morte por apoderar-se das rendas do mosteiro (o infante foi prior-mor em Santa Cruz; desde 1507 que o rei tinha a faculdade de apresentar prior-mor na dita instituição)⁵².

Em todos estes apontamentos, o rei aparece como o justo protector do mosteiro perante todo o género de adversidades, sem atender à sua proveniência, mesmo que de origem régia. Não será difícil entrever o prestígio que tal solução granjearia para os monges e, do mesmo modo, para o monarca reinante, porque descendente de um santo operador de milagres. Contudo, o processo de canonização, iniciado em 1556, foi interrompido pela morte de D. João III no ano seguinte; D. Sebastião manifestou interesse em continuá-lo (sabe-se que mantinha uma grande admiração por D. Afonso, ao ponto de levar para a jornada de África a sua espada)⁵³, mas o desastre de Alcácer-Quibir foi decisivo para uma nova interrupção. Sabemos que, em 1641, foi pedido a D. João IV que mandasse tratar da beatificação do rei. Impossibilitado pela conjuntura política, só em 1716 voltaremos a assistir, com D. João V, a algum interesse em retomar a questão, sobretudo após 1747, culminando no reinado de D. José I com um avançar dos trabalhos, fatalmente interrompidos pelo Terramoto e por questões políticas várias⁵⁴.

Mas se os caminhos de santificação ficaram irremediavelmente comprometidos, o mesmo não se poderá dizer em relação às tradições envolvendo milagres e outras manifestações. Uma das mais curiosas é a que Pero Roiz Soares, memorialista que teria escrito entre os sécs. XVI e XVII, regista com admiração: «Neste mesmo anno [1601] veio nova certa e estom.to tirado disso em como em Coimbra no mostrº de Santa Cruz estando cinco frades encostados a sepultura del Rey dom Afonço Anriques disse hu se ouvera Rey purtugues tivera esta sepultura outras corediças milhores e este Rey fora ya canonizado. Respondeu outro frade vira agora El-Rey dom Sebastião e porlhea outras de borcado . Respondeo o frade que não avia tall rey no mundo que tudo erão patranhas quando se delle dezia e em dizendo isto deu de dentro

⁵² BROCHADO – *Tentativas de Canonização...*, pp. 310-315.

⁵³ MATTOSO – *Fragmentos...*, pág. 224.

⁵⁴ BROCHADO – *Tentativas de Canonização...*, pág. 307, 315-337.

da sepultura tam grandes tres pancadas que abalou os frades e acodindo mais frades e o priol estando lhe contando o que passara indo nas mesmas palavras de não aver tal rey no mundo tornou a dar outras tres pancadas de que ouve grãde espanto em todos e se tirou estromento disto e foy verdadeira verdade passar desta ma.ra »⁵⁵. Defensor da fé, da terra, de outros mitos...

*Francisco Saraiva Fino **

⁵⁵ SOARES, Pero Roiz — *Memorial* (leitura e revisão de Lopes de Almeida), Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1953, pág. 378.

* Licenciado pela F.L.U.P.